



AR MINEIRA

**DECLARAÇÃO DE PRÁTICAS DE NEGÓCIO**  
**AUTORIDADE DE REGISTRO– AR MINEIRA CERTIFICACAO DIGITAL LTDA**

**(DPN AR MINEIRA)**

Versão 2.0 de 23 de julho de 2020

## **1. INTRODUÇÃO**

Este documento estabelece os processos que envolvem a Autoridade de Registro **AR MINEIRA CERTIFICACAO DIGITAL LTDA**, observados pela Autoridade Certificadora AC Digital. Quaisquer práticas realizadas na Autoridade de Registro e aqui descritas, seguem a Declaração de Práticas de Certificação e as Políticas de Certificado Digital, da Autoridade Certificadora AC Digital, integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

## **2. IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE CERTIFICADOS**

As Política de Certificados (PC) descrevem as características e as utilizações dos certificados de Assinatura Digital do tipo A, emitidos pela Autoridade Certificadora AC Digital, integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

As Políticas de Certificados praticadas por esta AR são:

- I. Políticas de Certificados A1
- II. Políticas de Certificados A3
- III. Políticas de Certificados A4

## **3. CICLO DE EMISSÃO DO CERTIFICADO DIGITAL**

- I. Consultoria;
- II. Compra;
- III. Agendamento;
- IV. Identificação Presencial;
- V. Renovação online;
- VI. Identificação por Videoconferência;
- VII. Solicitação;
- VIII. Validação;
- IX. Verificação;
- X. Aprovação;
- XI. Geração e instalação;

XII. Utilização.

#### **4. AUTENTICAÇÃO DA IDENTIDADE DO TITULAR DO CERTIFICADO**

A confirmação da identidade de um indivíduo é realizada pela **AR MINEIRA**, vinculada à AC DIGITAL, mediante a presença de forma física ou videoconferência do interessado, com base em documentos oficiais legalmente aceitos e pelo processo de identificação biométrica ICP-Brasil. Esta AR verifica a autenticidade da identidade de pessoas físicas e jurídicas titulares de certificados.

##### **4.1. Identificação de um indivíduo**

Para efeito de identificação de um indivíduo serão aceitos os documentos pessoais listados abaixo, em sua versão original oficial, podendo ser físico ou digital, com vistas a identificação de um indivíduo solicitante de certificado:

- I. Registro de identidade ou passaporte se brasileiro;
- II. Título de eleitor, com foto;
- III. Carteira Nacional de Estrangeiro – CNE, se estrangeiro domiciliado no Brasil;
- IV. Passaporte, se estrangeiro não domiciliado no Brasil;

Na hipótese das biometrias do titular já estarem cadastradas na base da ICP-Brasil, e houver parecer positivo ao realizar a identificação biométrica, fica dispensada a apresentação dos documentos acima e o certificado poderá ser liberado para emissão.

Também é necessário apresentar os seguintes documentos:

- I. mais um documento oficial com fotografia, no caso de certificados de tipos A4.
- II. Fotografia da face do requerente de um certificado digital ICP-Brasil, conforme disposto no DOC-ICP-05.03; g) Impressões digitais do requerente de um certificado digital ICP-Brasil, conforme disposto no DOC-ICP-05.03.

NOTA 1: Entende-se como cédula de identidade os documentos oficiais, físicos ou digitais, conforme admitidos pela legislação específica, emitidos pelas Secretarias de Segurança Pública bem como os que, por força de lei, equivalem a documento de identidade em todo o território nacional, desde que contenham fotografia.

NOTA 2: Os documentos digitais deverão ser verificados por meio de barramentos ou aplicações oficiais dos entes federativos

NOTA 3: A emissão de certificados em nome dos absolutamente incapazes e dos relativamente incapazes observará o disposto na lei vigente.

NOTA 4: Para a identificação de indivíduo na emissão de certificado que integra o Documento RIC(Registro de Identidade Civil), deverá ser observado o disposto no item 3.1.1.6. da DPC - Ac Digital.

NOTA 5: Caso não haja suficiente clareza no documento apresentado, a AR deve solicitar outro documento, preferencialmente a CNH - Carteira Nacional de Habilitação ou o Passaporte Brasileiro.

NOTA 6: Caso haja divergência dos dados constantes do documento de identidade, a emissão do certificado digital deverá ser suspensa e o solicitante orientado a regularizar sua situação junto ao órgão responsável.

#### **4.2 Identificação de uma organização**

A confirmação da identidade de uma pessoa jurídica é feita com a presença do representante legal portando os documentos da organização legalmente aceitos.

Para o titular pessoa jurídica, será designada pessoa física como responsável pelo uso do certificado, que será a detentora da chave privada. Preferencialmente, será designado como responsável pelo certificado o representante legal da pessoa jurídica ou um de seus representantes legais.

Os documentos aceitos para confirmar a identidade da pessoa jurídica são:

- I. Ato constitutivo, devidamente registrado em órgão competente;

- II. Documentos de eleição dos administradores, quando aplicável;
- III. Lei de criação ou documento oficial de constituição no caso de pessoa jurídica criada ou autorizada por lei
- IV. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do CNPJ

#### **4.3 Verificação do dossiê do certificado**

Os documentos em papel, os quais não existam formas de verificação por meio de barramentos ou aplicações oficiais, deverão ser verificados seguindo os requisitos abaixo.

- I. Por Agente de Registro distinto do que realizou a etapa de identificação;
- II. Pela AR ou ainda AR própria do PSS da AC;
- III. Antes do início da validade do certificado, devendo este ser revogado automaticamente caso a verificação não tenha ocorrido até o início de sua validade.

#### **4.4 Identificação e autenticação para pedidos de novas chaves antes da expiração**

Um novo certificado poderá ser requerido pelo solicitante antes da expiração de seu certificado vigente, no qual deverá enviar à AC Soluti Múltipla uma solicitação, por meio eletrônico, assinada digitalmente com o uso de um certificado de assinatura digital de mesmo nível de segurança do certificado a ser renovado.

O processo de identificação e autenticação para rotinas de novas chaves antes da expiração poderá ser conduzido segundo uma das seguintes possibilidades:

- I. adoção dos mesmos requisitos e procedimentos exigidos para a solicitação do certificado;
- II. a solicitação por meio eletrônico, assinada digitalmente com o uso de certificado vigente que seja pelo menos do mesmo nível de segurança, limitada a 1 (uma) ocorrência sucessiva, permitida tal hipótese apenas para os certificados digitais de pessoa física;

## **5. SOLICITAÇÃO DO CERTIFICADO**

Os requisitos e procedimentos para solicitação de emissão do certificado por esta AR são:

- I. Confirmação da identidade da pessoa física ou jurídica titular do certificado.
- II. Assinatura do Termo de Titularidade e Responsabilidade pelo titular ou responsável pelo uso do certificado;
- III. Autenticação biométrica do Agente de Registro responsável pela identificação e verificação do certificado.

## **6. RENOVAÇÃO ONLINE**

Para que o cliente esteja apto para a Emissão Certificado Digital Online é necessário que alguns critérios sejam obedecidos, tais como:

- i. Possuir Certificado PF A3 válido do representante legal da organização Para que seja possíveis emissões de Certificados Digitais de PJ, a partir de um Certificado Digital PF, podendo ter sido emitido por qualquer AC;
- ii. Possuir Certificado PJ A3 válido da organização para emissões de certificados PJ a partir de um PJ, podendo ter sido emitido por qualquer AC;
- iii. Para ambos os casos (citados no item 1 e 2) deverão possuir atos constitutivos que sejam possíveis ser validados/consultados na íntegra seja em sites da Junta Comercial, ou em aplicações oficiais do órgão de registro;
- iv. No caso de emissão de um Certificado Digital de um PJ a partir de um PF A3 válido deverá ser confirmado se o titular do certificado pessoa física é o representante legal da organização;
- v. Ter as biometrias do representante legal cadastradas no PSBIO.

## **7. ATENDIMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA**

A emissão de Certificados Digitais por meio de videoconferência é uma opção do solicitante, e não um requisito obrigatório para emissões genéricas.

Ainda, para que haja a realização da emissão dos Certificados Digitais por videoconferência, é necessário cumprir os requisitos:

- i. Cliente precisa realizar o agendamento no link correspondente à sua AR
- ii. Todos os documentos enviados à AR, devem ser digitalizados de forma colorida. Fotografias também são aceitas, desde que sejam nítidas.
- iii. Para Certificados Digitais PJ, o contrato/ato constitutivo deve permitir a validação eletronicamente nos sites e aplicações oficiais dos órgãos de registro, nos casos de documentos eletrônicos Já os atos físicos que são registrados nas Juntas Comerciais precisam permitir a consulta do registro do Ato.
- iv. Para Certificados Digitais PJ, a Certidão Simplificada, se válida, substituiu o Ato Constitutivo.

**7.1 Os equipamentos necessários para a emissão por videoconferência são:**

Computadores, desde que tenham webcam, microfone e acesso à internet Smartphones, com câmera frontal e acesso à internet.

## **8. GERAÇÃO E INSTALAÇÃO DO PAR DE CHAVES**

Quando o titular de certificado for uma pessoa física, esta será a responsável pela geração dos pares de chaves criptográficas. Quando o titular for uma pessoa jurídica, este indicará por seu representante legal no momento da emissão, a pessoa responsável pela geração e uso do certificado.

O armazenamento do certificado deverá obedecer a Política de Certificado correspondente, sendo:

<b>Tipo do certificado</b>	<b>Mídia armazenadora</b>
----------------------------	---------------------------

<b>A1</b>	Repositório protegido por senha e/ou identificação biométrica
<b>A3</b>	Hardware criptográfico, homologado junto à ICP- Brasil ou com certificação INMETRO
<b>A4</b>	Hardware criptográfico, homologado junto à ICP- Brasil ou com certificação INMETRO

## 9. REVOGAÇÃO DO CERTIFICADO DIGITAL

O certificado digital poderá ser revogado antes da expiração do prazo de validade.

### 7.1 Circunstância para revogação

A revogação poderá ser feita pelos seguintes motivos:

- I. Quando constatada emissão imprópria ou defeituosa;
- II. Quando for necessária a alteração de qualquer informação constante no certificado;
- III. No caso de comprometimento da chave privada correspondente ou da mídia armazenadora;
- IV. Por determinação judicial;
- V. Quando o responsável pelo uso se destituir da função;
- VI. Por razões comerciais;
- VII. Risco de fraude.

### 7.2 Quem pode solicitar revogação

A solicitação de revogação de um certificado somente poderá ser feita:

- I. Por solicitação do titular do certificado;
- II. Por solicitação do responsável pelo certificado, no caso de certificado de pessoas jurídicas;
- III. Por solicitação de empresa ou órgão, quando o titular do certificado fornecido por essa empresa ou órgão for seu empregado, funcionário ou servidor;
- IV. Por determinação da AC;
- V. Por determinação da AR;



VI. Por determinação do Comitê Gestor da ICP-Brasil ou da AC Raiz.

### **7.3 Procedimentos para solicitação de revogação**

- I. O solicitante da revogação de um certificado deve ser identificado;
- II. A solicitação de revogação é feita através de um formulário específico, permitindo a identificação inequívoca do solicitante;
- III. O procedimento para revogação do certificado pode ser realizado por todos os Agentes de Registros habilitados na AR;
- IV. As solicitações de revogação, bem como as ações delas decorrentes deverão ser registradas e armazenadas;
- V. As justificativas para a revogação de um certificado são documentadas;
- VI. O processo de revogação de um certificado terminará com a geração e a publicação de uma LCR (Lista de Certificados Revogados) que contenha o certificado revogado.

## **10. OBRIGAÇÕES DA AR**

- I. Confirmar a identidade do solicitante do certificado;
- II. Encaminhar a AC solicitação de emissão ou revogação do certificado;
- III. Manter a conformidade dos seus processos, procedimentos e atividades com as normas, critérios, práticas e regras estabelecidas pela AC vinculada e pela ICP-Brasil.

## **11. OBRIGAÇÕES DO TITULAR DO CERTIFICADO**

- I. Fornecer, de modo completo e preciso, todas as informações necessárias para sua identificação;

- II. Garantir a proteção e o sigilo de suas chaves privadas, senhas e dispositivos criptográficos;
- III. Utilizar seus certificados de modo apropriado;
- IV. Informar à AC emitente qualquer comprometimento de sua chave privada e solicitar a imediata revogação do certificado correspondente.

## 12. DOCUMENTOS REFERENCIADOS

- Declaração de Práticas de Certificação (DPC AC Digital)  
<http://www.acsoluti.com.br/docs/dpc-ac-digital.pdf>
- Política de Certificados A1 (PC A1 AC Digital)  
<http://acsoluti.com.br/docs/ac-digital/pc-a1.pdf>
- Política de Certificados A3 (PC A3 AC Digital)  
<http://acsoluti.com.br/docs/ac-digital/pc-a3.pdf>
- Política de Certificados A4 (PC A4 AC Digital)  
[http://www.acsoluti.com.br/docs/ac-digital/pc-a4\\_1.0.pdf](http://www.acsoluti.com.br/docs/ac-digital/pc-a4_1.0.pdf)
- WebTrust Principles and Criteria for Registration Authorities, disponível em  
<http://www.webtrust.org>